



ANEXO À CARTA ABERTA AOS PARTIDOS POLÍTICOS ELEIÇÕES 2022

Questionário a ser respondido por todos(as) os(as) pré-candidatos(as) e/ou candidatos(as) aos diversos cargos eletivos que serão disputados nas eleições-2022

DADOS DO(A) PRÉ-CANDIDATO(A) e/ou CANDIDATO(A)

Nome: Sara Azevedo

Partido Político: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Cargo disputado: Senadora

Município: Belo Horizonte

Estado: Minas Gerais

1

A realização da auditoria da dívida pública - prevista no art. 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 - é fundamental para que se tenha a necessária transparência sobre o maior gasto do orçamento federal (juros e amortizações da dívida), que consome, todo ano, a maior fatia das despesas federais, comprometendo também as finanças de estados e municípios.

• **Diante disso, você assume o compromisso de defender a transparência das contas públicas e a realização da auditoria da dívida pública, com participação popular?**

SIM



NÃO



Comentários (opcional):

A transparência das contas públicas é fundamental para que a população saiba quais são os compromissos financeiros assumidos pelo Estado e de que forma os recursos estão sendo administrados. Auditar a dívida é importante porque é necessário que saibamos do que ela é composta. Na atualidade, grande parte desse montante é constituído por juros — que na prática é um dinheiro perdido para o Estado. Precisamos saber como o nosso dinheiro está sendo aplicado para que possamos negociar a dívida do Estado e também assumir dívidas de forma mais racionalizada no futuro.

2

O conhecimento possibilitado pela realização da auditoria da dívida pública - com participação da sociedade - será fundamental para as decisões da política econômica do país, de modo a inverter a correlação de forças entre os gastos financeiros (que têm tido tratamento privilegiado e favorecem principalmente os bancos e grandes rentistas nacionais e estrangeiros) e os investimentos sociais (que não têm sido devidamente respeitados, embora toda a população brasileira tenha esse direito, conforme previsto no art. 6º da Constituição).

• **Diante disso, você assume o compromisso de defender a transparência das contas públicas e a realização da auditoria da dívida pública, com participação popular, para garantir que a prioridade dos gastos públicos passe a ser os investimentos sociais?**

SIM



NÃO



Comentários (opcional):

Como disse anteriormente, devemos ter um planejamento mais racional dos investimentos realizados pelo Estado. O dinheiro deve ser melhor aproveitado, sendo direcionado a materialização de projetos sociais e de obras públicas. Pagar juros altos só é interessante aos bancos e especuladores. A auditoria é importante para que a população conheça o orçamento e compreenda as pressões econômicas das quais o governo é alvo.

3

Inúmeras ilegalidades, ilegalidades e até fraudes já foram comprovadas, inclusive por CPIs que mostraram que a chamada dívida "pública" tem sido gerada por vários mecanismos financeiros e abusivas taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central sob a falsa justificativa de combater a inflação, que na realidade decorre de preços administrados pelo próprio governo e outras variáveis que não guardam relação alguma com a taxa de juros.

• ***Diante disso, você assume o compromisso de defender a investigação dos mecanismos financeiros que geram dívida pública e impulsionam o seu exagerado crescimento, em especial a injustificada elevação dos juros pelo Banco Central?***

SIM NÃO

Comentários (opcional):

Difunde-se a ideia de que as orientações vindas do mercado financeiro são puramente técnicas. Há de se explicar para a população, no entanto, que a maior parte dos indicadores vindos do mercado financeiro são arbitrários e funcionam como mecanismo de pressão. No Senado, certamente serei uma voz na defesa pela soberania do Estado. É importante que a população compreenda como são aferidos os índices (como risco país, avaliação de agências de risco), como são fixados indicadores de referência (taxa de juros, câmbio, valor de commodities) e como tais mecanismos impactam na nossa vida.

4 O compromisso público com detentores da dívida pública não pode ter prioridade em relação ao compromisso público com os direitos sociais consagrados na Constituição Federal, em especial, em seu artigo 6º.

• ***Diante disso, você assume o compromisso de defender a anulação de dívidas ilegítimas, para que os recursos se destinem a amenizar a imensa dívida social existente no país?***

SIM NÃO

Comentários (opcional):

Essa é uma questão que diz respeito à soberania do país. Não podemos deixar que o Brasil se transforme em quintal de corporações globais. As políticas sociais são importantes não só para a garantia de melhor qualidade de vida, mas também para o fortalecimento de nossa economia. Um país que tem oportunidades igualitárias, gera emprego e renda, garante o acesso a bens e serviços básicos, investe em educação e desenvolve tecnologia é autônomo. A busca por independência é a grande questão do século XXI. Atualmente, os lucros líquidos dos oligopólios globais são maiores do que os PIBs da maioria dos países, isso revela o potencial de pressão que tais empresas têm sobre os governos. Para afirmar a nossa soberania, temos que fortalecer a nossa economia.

5 As decisões de política econômica e política monetária do Brasil têm sido submetidas aos interesses do mercado financeiro, capitaneado pelo BIS, FMI e Banco Mundial, que tem exercido a sua influência sobre o Banco Central, Ministério da Economia e outras autoridades. Já foi fartamente comprovado o fracasso da política econômica baseada no tripé "Metas de Inflação" (prática de juros altos sob a falsa justificativa de combater inflação); Metas de "Resultado Primário" (que prioriza o pagamento da dívida pública à custa de cortes e teto de gastos sociais e com a estrutura do Estado, privatizações insanas e contrarreformas), e livre fluxo de capitais especulativos ("Câmbio Flutuante").

• ***Diante disso, você assume o compromisso de defender a modificação dessa fracassada política econômica, para que ela seja substituída por outro modelo que atenda o nosso direito ao desenvolvimento socioeconômico, com garantia de vida digna para todas as pessoas e respeito ao ambiente?***

SIM NÃO

Comentários (opcional):

Com certeza serei uma voz contrária aos avanços neoliberais no Congresso. Lutarei pela revogação do Teto de Gastos, da Reforma da Previdência, da Reforma Trabalhista e da "autonomia" do Banco Central. Essa é uma batalha difícil, mas que não me furtarei a assumir o meu posto. Serei uma parlamentar que lutará pela articulação da esquerda no Congresso com o objetivo de fortalecer a defesa dos interesses da população.

6 Para que iniciemos o resgate da imensa dívida social existente no Brasil, que nos torna um dos países mais injustos do planeta, os investimentos sociais devem ser significativamente aumentados. Não cabe a alegação de que não teríamos dinheiro para isso, pois temos mantido cerca de R\$ 5 trilhões em caixa <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>>, porém, esse dinheiro tem sido reservado para o pagamento dos gastos com a dívida pública. A fim de elevar os investimentos sociais, é necessário revogar a Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu teto rebaixado por 20 anos para todos os gastos e investimentos sociais, deixando fora do teto e sem controle ou limite as maiores despesas do orçamento da União, ou seja, os juros e as amortizações da dívida pública.

• ***Diante disso, você assume o compromisso de lutar pela revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016?***

SIM NÃO

Comentários (opcional):

A emenda 95/2016 enrijece o Estado e precariza a prestação de serviços para a população. Essa é uma regra aprovada no contexto pós-golpe de 2016 e institui constitucionalmente o Estado mínimo no Brasil. Fragiliza o poder de ação do governo, enquanto a iniciativa privada continua gozando de incentivos fiscais e ainda foi premiada com as reformas políticas que reduziram sua contribuição social.

7 O Banco Central tem destinado centenas de bilhões de reais anualmente para remunerar bancos pelo dinheiro que eles deixam de emprestar à sociedade, atualmente em R\$1,1 trilhão, mas já chegou a R\$ 1,7 trilhão em setembro/2020. Essa benesse tem sido concedida aos bancos através

do abuso na utilização das “Operações Compromissadas” ou de “Depósitos Voluntários Remunerados”, que além de provocarem rombo aos cofres públicos, têm sido responsáveis pelo aumento dos juros de mercado, elevação da dívida pública e agravamento da crise econômica.

• ***Diante disso, você assume o compromisso de enfrentar essa política monetária suicida e defender que em vez de esterilizar esse volume de dinheiro no Banco Central, rendendo juros somente a bancos, esse dinheiro passe a circular na economia, reduzindo os juros dos empréstimos às empresas e pessoas, gerando emprego e renda?***

SIM



NÃO



Comentários (opcional):

É necessário que o dinheiro público seja direcionado para ações que surtam efeito na população. A pandemia foi bastante reveladora em relação à política de crédito adotada pelo governo Bolsonaro. Mesmo com as reduções contínuas da Selic, a taxa de juros real ainda era alta. Os bancos privados não repassaram as reduções para o público final. A concessão de crédito a MEIs e pequenas empresas, por exemplo, foi um programa praticamente de fachada. A maior parte dos pequenos e microempreendedores não conseguiram tomar empréstimo com a Caixa Econômica. O que se sucedeu foi o fechamento de postos de emprego e a falência de diversos negócios de pequeno porte.

8

A “autonomia” do Banco Central foi aprovada por meio da questionável Lei Complementar 179/2021, concedendo um verdadeiro cheque em branco ao Banco Central, com exacerbados poderes para lidar com juros, moeda, câmbio, escandalosos swap e toda a política monetária, como quiser, e seus diretores não poderão ser demitidos pela Presidência da República, blindando, em caso de troca de governo, a atual política monetária suicida, que entre outros mecanismos equivocados, tem praticado juros altos sob a falsa justificativa de controle inflacionário.

• ***Diante disso, você assume o compromisso de lutar pela revogação da “autonomia” do Banco Central, para que a autarquia seja obrigada a funcionar de acordo com os interesses socioeconômicos do Brasil, com responsabilidade sobre o nível de atividade econômica e emprego em patamares saudáveis, como os bancos centrais de outros países desenvolvidos?***

SIM



NÃO



Comentários (opcional):

A “autonomia” do Banco Central só interessa ao mercado financeiro. Essa PEC foi aprovada com o objetivo de ampliar a influência dos interesses do mercado sobre a política socioeconômica. Se quisermos demarcar a nossa soberania é fundamental que essa PEC seja revogada. A política monetária adotada pelo BC deve estar afinada aos planos de desenvolvimento do país. O BC não pode funcionar como um “cão de guarda” do mercado financeiro, como a PEC da “autonomia” o posiciona.

9

O Conselho Monetário Nacional (CMN) conta com apenas 3 membros (presidente do Banco Central, ministro da Economia, e um subordinado a este – Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia), o que faz com que as normatizações e decisões de política monetária recaiam, na prática, apenas sobre 2 pessoas (que atualmente são 2 banqueiros, ambos com contas em paraísos fiscais). É necessário ampliar a participação de representantes qualificados da sociedade civil e dos diversos segmentos econômicos, para que o CMN possa proferir decisões voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do país.

• ***Diante disso, você assume o compromisso de lutar pela ampliação da participação social no CMN?***

SIM



NÃO



Comentários (opcional):

A participação da sociedade civil sobre as decisões de Estados é sempre algo desejável. Se quisermos uma política monetária mais justa para a população, se faz necessário a ampliação das representações no CMN, órgão que decide os rumos da política econômica.

10

No Brasil, a identificação dos detentores de títulos da dívida pública brasileira é considerada informação sigilosa, o que fere o Princípio da Transparência ao qual devem ser submetidos todos os atos públicos. Ademais, a dívida é pública, paga com recursos públicos, e o seu peso recai sobre o conjunto da sociedade que arca com todo o sacrifício social e econômico de seu pagamento.

• ***Diante disso, você assume o compromisso de denunciar essa falta de transparência e lutar para que o nome e respectivo CPF ou CNPJ de detentores de títulos da dívida pública interna e externa, e o valor devido por cada um deles, inclusive por meio de Fundos de Investimento e Previdência Privada, seja devidamente divulgado, com ampla transparência?***

SIM



NÃO



Comentários (opcional): _____

É importante sabermos quem está lucrando com os rendimentos dos juros sobre a dívida pública. A transparência nesse caso é fundamental para que as pessoas entendam as razões das decisões tomadas no âmbito da política monetária no Brasil.

11 A engenharia financeira da "Securitização" tem invadido a esfera pública como um modelo de negócios fraudulento que vincula e desvia recursos públicos que sequer alcançam os orçamentos dos entes federados. Através desse esquema, investidores privilegiados se apropriam de recursos públicos que sequer são contabilizados pelo ente federado, ou seja, o desvio acontece por fora dos controles orçamentários: uma fraude. Esse esquema tem sido aplicado a desvio de receitas tributárias e não tributárias em "Securitização de Créditos" (a exemplo da PBH Ativos S/A em Belo Horizonte, CPSEC S/A em São Paulo, MG Participações S/A em Minas Gerais, COPISEC S/A no Piauí, entre outras). Já foram detectados outros casos de "securitização" para desviar receitas comerciais (a exemplo de receitas de nióbio em Minas Gerais), e receitas de royalties devidas à Rio Previdência S/A no Rio de Janeiro. As Leis Complementares 173/2020 e 178/2021 abrem a possibilidade de "securitização de dívidas" dos entes federados, ao arrempeio do Art. 167, IV da Constituição. Esse esquema de "Securitização" está se espalhando no Brasil de forma temerária, pois os orçamentos públicos deixarão de receber as verbas desviadas para esse esquema, comprometendo o financiamento do Estado e o atendimento aos direitos sociais, prejudicando as gerações atuais e futuras.

• ***Diante disso, você assume o compromisso de denunciar esse esquema fraudulento da "Securitização" na esfera pública e lutar para impedir a sua implantação?***

SIM NÃO

Comentários (opcional): _____

É preciso articularmos uma forma de denunciar e explicar a população o que a "securitização de créditos" significa. Esse tipo de prática não é novidade, já vem sendo aplicada mundo afora e os resultados negativos são evidentes. A adoção desse mecanismo, por exemplo, foi uma das causas da quebra da economia estadunidense que desencadeou a crise de 2008 — que até hoje vivemos o seu rescaldo.

12 Os estados já pagaram cerca de 3 vezes a dívida refinanciada pela União (no âmbito da Lei 9.496/97), e, apesar disso, ainda devem cerca de 4 vezes o valor refinanciado! Essa conta não fecha. Aquela dívida dos estados refinanciada pela União contém diversas ilegalidades e até nulidades desde a sua origem, em especial a transferência de passivos de bancos estaduais submetidos à privatização (PROES), que passou a fazer parte do estoque dessa "dívida". Sobre esse montante, passou a ser aplicada atualização monetária diária, calculada pelo IGP-DI, além de juros reais, em forma cumulativa, provocando o crescimento exponencial dessa dívida. Agora os estados estão correndo o risco de ter essa questionável dívida eternizada no esquema de "Securitização", que está sendo incentivado pelo próprio governo federal através do falacioso "Regime de Recuperação Fiscal".

• ***Diante disso, você assume o compromisso de lutar pela transparência das contas públicas e a realização da auditoria da dívida pública dos estados, com participação popular, para que sejam anuladas as dívidas ilegítimas e ressarcidas aos estados as quantias pagas além do devido?***

SIM NÃO

Comentários (opcional): _____

A população tem que conhecer o orçamento dos Estados e saber do que é composta a dívida pública. As soluções propostas para a quitação das dívidas na verdade não visam a saúde dos cofres públicos, mas a submissão do poder público aos interesses de mercado.

Sara R. S. Azale

Assinatura do(a) Pré-Candidato(a)



PARTICIPE DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar - Brasília/DF - CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil

■ Telefone: (61) 2193-9731 ■ E-mail: contato@auditoriadicada.org.br ■ <http://www.auditoriadicada.org.br/>

Estamos também nas Redes Sociais:



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADA

MAIO/ 2022

Concorda com o PLP 104/2022, que institui o teto de juros de 12% por ano?

Sim.

Comentário: Os juros reais cobrados pelos bancos no Brasil sempre foram abusivos. Correm solto independentemente da taxa básica de juros estipulada pelo Banco Central. Estamos nos transformando em um paraíso de rentistas, onde os juros rendem altos lucros para banqueiros e especuladores do mercado financeiro. Temos que garantir que a população tenha acesso ao crédito com taxas de juros justas, que não sufoquem as famílias, inviabilizando sonhos como o da casa própria ou da festa de casamento. Não podemos permitir que as pessoas sejam sufocadas por dívidas, tampouco que o Estado seja inviabilizado por conta dos juros altíssimos que lhes são cobrados.